

A República Bolivariana da Venezuela: *Bolivarianismo* e a nação na perspectiva de Hugo Chávez Frías.

Tiago Ciro Moral ZANCOPE¹ - ticaohc@hotmail.com;

Libertad Borges BITTENCOURT² - libertadborges@yahoo.com.br

Faculdade de História (FH)

Palavras Chaves: Venezuela, Bolivarianismo, Hugo Chávez,

Introdução:

O recorte temporal da dissertação acompanhou a vitória eleitoral de Hugo Rafael Chávez Frías para a presidência da Venezuela, no emblemático ano de 1999. Pela primeira vez em 40 anos, o principal cargo executivo do país não era exercido por um político pertencente aos quadros dos partidos *AD*³ e *COPEI*⁴ que polarizaram a política venezuelana na segunda metade do século XX. Nesse sentido, seu discurso de posse, no dia 2 de fevereiro de 1999, foi significativo, pois, após ter feito seu juramento sobre uma “moribunda constituição” (CHÁVEZ, 2005a), o presidente anunciou a convocação de um *referendum* para que se deliberasse sobre a instalação de uma Assembléia Constituinte, cujo objetivo seria a elaboração de uma nova Carta Magna.

Paralelamente a isso, Hugo Chávez iniciou o processo do que denominou de refundação da Venezuela a partir de duas premissas: a primeira pautou-se pela desarticulação da herança *Puntofijista*; e a segunda de que seu governo seria uma continuação do projeto inacabado de Simón Bolívar.

Conforme o atual mandatário, o período dominado pelos partidos que formaram o *Pacto de Punto Fijo*⁵ teria correspondido ao ápice da corrupção e da

¹ Mestrando, bolsista CNPq

² Professora Orientadora

³ *Acción Democrática*, partido de centro-direita, de orientação social-democrata

⁴ *Comité de Organización Política Electoral Independiente*, de corrente social-cristiana.

⁵ O *Pacto de Punto Fijo* acompanhou o predomínio político dos partidos *AD* e *COPEI* durante a segunda metade do século XX (1958 – 1998). Com o fim da ditadura de Marco Pérez Jiménez (1952 – 1958) formou-se um consenso de que deveria se evitar a todo custo governos autoritários. Sendo que as divergências deveriam ser resolvidas no interior do legislativo, preservando, assim, o regime democrático. Durante as décadas de 60 e 70 o *Pacto* se beneficiou do aumento da renda petroleira, um reflexo direto do aumento no consumo mundial de petróleo. Porém, durante a década de 80 as divisas oriundas do setor petrolífero já não conseguiam suprir todas as necessidades do Estado que assim como outros países da América do Sul passaram a viver a crise das dívidas externas. Deste modo, O *Pacto* passou a ser duramente criticado por vários setores da sociedade venezuelana que responsabilizavam os políticos pela má condução do país, sendo que seu fim foi sacramentado nas

ineficiência na história da Venezuela. Para Chávez, revoltas populares como o *Caracazo*⁶, eram sintomáticas de uma população que não aceitava mais viver na miséria e na pobreza. A própria trajetória política de Chávez – líder da intentona militar conhecida como *4febrero* contra o então presidente, Carlos Andrés Pérez – corroborava sua posição de romper as amarras que impediam a Venezuela de ser uma grande nação aos moldes propostos por Simón Bolívar. Competia a Hugo Chávez retomar o “*bolivarianismo*”.

Em 15 de dezembro de 1999, em consulta popular, foi aprovada a nova constituição da Venezuela que, entre outras medidas, mudava o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, cujo primeiro artigo ressalta:

A Venezuela se declara República Bolivariana, irrevogavelmente livre e independente e fundamenta seu patrimônio moral e seus valores de liberdade, igualdade, justiça e paz internacional na doutrina de Simón Bolívar, o Libertador. São direitos irrenunciáveis da Nação: a independência, a liberdade, a soberania, a imunidade, a integridade territorial e a autodeterminação nacional (CHÁVEZ, 2005a, p. 446-447).

Após a mudança na constituição, no ano 2000, ocorreu novo pleito e Hugo Chávez foi eleito para presidir a Venezuela durante o sexênio 2001–2007⁷. Paulatinamente, o mandatário venezuelano conseguia formar almas⁸ (CARVALHO, 2003) bolivarianas, o que lhe permitiu aprovar 49 leis habilitantes⁹, sendo que duas delas se destacaram: a Lei de Terra e Desenvolvimento Agrário e Lei Orgânica de Hidrocarbonetos. (AYERBE, 2008).

eleições de 1998 quando, Hugo Chávez Frías foi eleito presidente da Venezuela tendo como plataforma um impetuoso discurso anti *puntofijista* (LUCCA, 2007) (MARINGONI, 2008).

⁶ Em linhas gerais o *Caracazo* foi uma revolta popular que paralisou a cidade de Caracas por quatro dias. O estopim do movimento foi o reajuste no preço do combustível que levou a um aumento na tarifa do transporte coletivo. Para muitos trabalhadores que já conviviam com um profundo arrocho salarial, o aumento na tarifa era mais um duro golpe no orçamento. Se os protestos se deram de maneira violenta, a repressão militar ordenada pelo então presidente Carlos Andrés Pérez (1989 – 1993) não foi menos intensa. Dados oficiais apontam para 300 mortos enquanto que os não oficiais falam em mais de mil (VILLA, 2005).

⁷ De acordo com Rafael Arráiz Lucca (2007) o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela considerou que o mandato de Hugo Chávez começaria no dia 10 de janeiro de 2001 e se findaria em janeiro de 2007, sendo que, as próximas eleições presidenciais deveriam ocorrer em dezembro de 2006.

⁸ Empregou-se esse conceito elaborado por José Murilo de Carvalho, pois segundo o autor: “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 2003, p.11). Nesse sentido, tornou-se fulcral compreender a maneira como os símbolos nacionais e os seus conteúdos são ressignificados pelo novo governo objetivando legitimar-se perante a sociedade.

⁹ Grosso modo, para nós brasileiros, uma lei habilitante seria similar a uma medida provisória. Todavia a especificidade do caso venezuelano permitia a Chávez, uma vez aprovada à prerrogativa de utilizá-las, de criar leis sem precisar da aprovação parlamentar (MARINGONI, 2008).

A Lei de Terra autorizava a expropriação de áreas agrícolas privadas superiores a 5 mil hectares para atenderem ao programa do governo de função social alimentar; nesse sentido, a própria administração federal decidiria sobre qual gênero deveria ser cultivado; enquanto que a lei de Hidrocarbonetos aumentava a carga de impostos de 16 para 30% sobre os investidores estrangeiros que extraíam petróleo, aumentando a participação do Estado nas sociedades mistas em pelo menos 51% (AYERBE, 2008). Ademais, como ressaltou Gilberto Maringoni (2008), Hugo Chávez revisou alguns pontos que garantiam ampla autonomia da *PDVSA*¹⁰ frente ao Estado.

Nesse contexto, a oposição venezuelana buscou se organizar a partir de duas instituições, *CTV*¹¹ e *FEDECÁMARAS*¹² e ambas criticaram de forma contundente a administração Chávez, quando este anunciou a intervenção na *PDVSA*, em seu programa dominical, *Alô Presidente*, com a demissão de diretores da companhia que não aceitavam se submeter às ordens do palácio de Miraflores. Imediatamente, a oposição reagiu, anunciando uma paralisação, em apoio aos diretores demitidos (MARINGONI, 2008).

Foi organizada uma marcha exigindo a renúncia de Chávez e o presidente, acuado, ordenou ao alto comando militar a execução do *Plan Ávila*, uma operação militar que visava debelar qualquer manifestação que colocasse em risco a sua segurança. Entretanto, parte do alto comando militar não acatou a ordem de execução do plano, desautorizando a ordem expressa pelo mandatário, abriu-se assim nova crise.

Do outro lado os partidários de Chávez exigiam a imediata apresentação do documento da renúncia – pois já havia fortes suspeitas de um golpe contra o presidente estava em andamento – ou que ele fosse reconfirmado em seu cargo. Diante do clamor popular, Hugo Chávez foi reconduzido da base naval de *La Orchila* ao palácio de Miraflores e, em um discurso durante a madrugada, pediu para que todos voltassem para suas casas, pois o “golpe”¹³ havia se encerrado. Chávez e os chavistas haviam vencido.

¹⁰ *Petróleos de Venezuela S.A*

¹¹ *Confederación de Trabajadores de Venezuela*

¹² *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela*

¹³ No dia 14 de agosto de 2002 o Tribunal Supremo de Justiça sentenciou que não houve um golpe de Estado, mas sim um vazio no poder. Tal decisão causou a ira em Hugo Chávez Frías que sempre asseverou que os eventos de abril configuravam um golpe contra sua pessoa. Não obstante, uma

Material e Método:

Utilizaram-se como fonte para a dissertação os discursos do presidente Hugo Chávez Frías no período 1999 – 2002, que também formam os quatro primeiros tomos da coletânea, *Selección de discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías*, publicado até o ano de 2005, em um total de sete volumes.

Durante o processo de análise das fontes optou-se por separá-las em duas grandes áreas, objetivando conferir organicidade às mesmas. Nesse sentido, a primeira parte correspondeu ao biênio 1999 – 2000. Paralelamente a isso, durante o biênio 2001 – 2002 foi examinada a maneira como o léxico “*bolivarianismo*” foi empregado por Hugo Chávez e as acepções semânticas inerentes ao mesmo, visando compreender como o mandatário construiu simbolicamente a argumentação de que existe somente um caminho para a Venezuela, o caminho do *bolivarianismo*.

Resultados e Discussão:

No interior da dissertação foi possível perscrutar as estratégias utilizadas por Hugo Chávez para desconstruir a IV República – *Puntofijista* – substituída pela V República – *Bolivariana* – Para isso, foi fundamental a convocação de uma Assembléia Constituinte para a redação de nova constituição, cuja aprovação significou também a mudança do nome do país para República Bolivariana da Venezuela, o que também acarretou num processo de ressignificação das identidades coletivas em “bolivarianos” e “antibolivarianos”.

Nesse sentido, a vitória de Chávez sobre os golpistas em 2002 representou forte indício de que o processo de “formação das almas” bolivarianas – fiéis ao presidente – iniciado ainda em 1999 havia sido exitoso, pois elas não o abandonaram frente à tentativa de golpe dos antibolivarianos. Assim, a consagração de Hugo Chávez e seu retorno à presidência podem ser interpretados como a escolha de parte da sociedade venezuelana, que deposita sua confiança em um projeto que pretende dar nova orientação de sentido no tempo para a Venezuela, a partir de uma narrativa teleológica (LEIVA, 1991).

Conclusões:

nova decisão foi tomada pelo TSJ em 2005, e, dessa vez, agradou a Chávez, pois confirmou que de fato havia ocorrido um golpe de Estado (LUCCA, 2007).

A partir do estudo do léxico “*bolivarianismo*” foi possível depreender que a eleição de Hugo Chávez Frías à presidência da Venezuela representou o encontro do país com uma nova maneira de se pensar a história da nação. O país foi inserido no interior de uma narrativa na qual, passado, presente e futuro conformam uma mesma linha temporal, ininterrupta, cujo destino final será a realização plena da obra inacabada de Simón Bolívar.

Na vanguarda deste processo se encontra Chávez. Ele é o leitor que se impôs como o legítimo interprete de Simón Bolívar. Assim, o legado de *el Libertador* passou a ser disputado entre o mandatário e os historiadores. Contenda que abriu a possibilidade de se refletir sobre a maneira como Hugo Chávez Frías se relaciona com a memória e com a história, imbricando a primeira na segunda, até fazer da mesma uma filosofia da história, isto é, uma narrativa especulativa que propõe uma orientação de sentido que, neste caso, está ancorada nas interpretações que o atual presidente venezuelano fez dos escritos de Bolívar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYERBE, L. F. (Org.). *Novas Lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Ed Unesp, 2008.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- CHÁVEZ, H. 1999: *Año de la refundación de la república*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la república. 2005a.
- _____. 2000: *Año de la relegitimación de poderes*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la república, 2005b.
- _____. 2001: *Año de las leyes habilitante*. Caracas: Ediciones de la presidencia, 2005c.
- _____. 2002: *Año de la resistencia antiimperialista*. Caracas: Ediciones de la presidencia, 2005d.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora Puc Rio, 2006b.
- _____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1945/1084>>. Acesso em 22 Fev. 2011.
- LEIVA, C. L. El Historicismo Político Bolivariano. In: Leiva, Castro Luis. *De la patria boba a la teología bolivariana: ensayos de historia intelectual*. Caracas, Monte Avila Editores, 1991.
- LUCCA, R. A. *Venezuela: 1830 a nuestros días*. Caracas, Editorial Alfa, 2007.
- MARINGOINI, G. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo, Editora Unesp, 2008.
- VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 1-13, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>>. Acesso em: 28 Jul. 2009.